

FAMÍLIA E ESCOLA: PARCERIA DE SUCESSO

Eliete Gomes Ferreira Mendes Rosa
eliete-gomes2012@hotmail.com

Prof^a. Dr^a. Anna Cecília Teixeira
Dr^a. em Ciências da Educação
Universidade São Marcos
aceciliateixeira@uol.com.br

RESUMO

Apresenta a importância da participação da família na vida escolar das crianças, para a realização deste estudo foi utilizada a metodologia descritiva, conforme Gil (1996). Com dados apresentados por meio de informações coletadas de uma pesquisa do tipo bibliográfica, de natureza qualitativa, uma vez que foi constituída a partir de informações baseadas em estudos de teóricos da área educacional, em livros e sites de períodos recentes. Aborda a temática que se refere à participação da família no que tange ao o desenvolvimento cognitivo e social da criança, e como a participação, delimitando sua influência no processo de ensino e aprendizagem da criança em idade de escolarização, com vistas ao desenvolvimento pleno da criança. Contempla a tentativa de enfatizar a importância real que a parceria entre família e escola assume no contexto de escolarização/ensino e aprendizagem dos alunos, para que a educação a ele oferecida seja de qualidade satisfatória, com o atendimento as demandas educativas desses sujeitos, principalmente no que se refere ao desenvolvimento emocional, social e cognitivo. Nesse sentido, contribuir para uma educação de qualidade significativa, onde haja real integração entre todos os envolvidos no processo educacional, é o principal objetivo deste artigo.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino e aprendizagem. Família. Escola. Educação Infantil.

ABSTRACT

It presents the importance of the participation of the family in the school life of the children, for the accomplishment of this study the descriptive methodology was used, according to Gil (1996). With data presented through information collected from a research of a bibliographic type, of a qualitative nature, since it was constituted from information based on studies of education theorists, in books and sites of recent periods. It addresses the theme of family participation in the cognitive and social development of the child, and how participation, delimiting its influence in the teaching and learning process of the child of school age, with a view to the full development of the child. It contemplates the attempt to emphasize the real importance that the partnership between family and school assumes in the context of schooling / teaching and learning of students, so that the education offered to it is of satisfactory quality, attending to the educational demands of these subjects, especially in the which refers to emotional, social and cognitive development. In this sense, contributing to an education of significant quality, where there is real integration among all those involved in the educational process, is the main objective of this article.

KEYWORDS: Teaching and learning. Family. School. Child education.

1 INTRODUÇÃO

A relação família-escola atualmente aparece como tema em destaque na discussão sobre o alcance do sucesso escolar dos alunos ao longo do processo de ensino e aprendizagem, e isso desde a Educação Infantil. Desse modo, a participação da família no processo educacional tem sido intensamente explorada por estudiosos nas últimas décadas. Muitos desses estudos têm por principal finalidade investigar os benefícios da integração família e escola, esclarecendo, nessa perspectiva, como pode ocorrer a participação dos pais.

No processo educacional, o baixo rendimento escolar dos alunos, os cuidados com a criança em relação às demandas da escola e o não atendimento às expectativas por parte desses educandos foram algumas das questões que motivaram o desenvolvimento deste estudo. Diante do exposto, esta pesquisa tem como objetivo geral apresentar a importância da participação da família na vida escolar da criança e argumentar teoricamente sobre a importância da interação família e escola.

Para a realização deste estudo foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica, por meio da qual se buscou informações teóricas principalmente em registros de autores renomados da área como Paro (1992, 2007), Aríes (2006), Vygotsky, Tiba (2002), dentre outros.

No que se refere aos métodos, a presente pesquisa pode ser classificada como descritiva, conforme Gil (1996). Justificando-se de maneira que a mesma apresenta os fatos aqui descritos a responsabilidade da família e da escola para que os filhos possa ser os maiores beneficiados com a interação dessas duas instituições. Os dados aqui apresentados como coleta de informações, está é uma pesquisa do tipo bibliográfica, de natureza qualitativa, uma vez que foi constituída a partir de informações baseadas em estudos de teóricos da área educacional, em livros e sites de períodos recentes.

2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

O conceito de infância foi construído através do tempo. Desse modo, no decorrer dos séculos, diferentes concepções de infância foram surgindo. Em tempos remotos, a criança era vista como um adulto em miniatura, ficando seu cuidado e educação ao encargo da família, especialmente por parte da mãe. Para cuidar das crianças em situações desfavoráveis ou rejeitadas, existiam instituições alternativas (AHMAD, 2009), que eram sustentadas pelas Câmaras Municipais. Esses órgãos repassavam verbas que eram destinadas para a recepção dessas crianças.

Dentro desse contexto, de acordo com Russell-Wood (1981), as amas de leite passavam a receber certa quantia em dinheiro por seu trabalho como cuidadoras de 3 crianças que eram abandonadas por suas famílias, mas tinham o compromisso de apresentarem essas crianças as autoridades.

Ariés (1981, p.65),

sabe-se que até o século XVI, as crianças não eram vistas e cuidadas como realmente todas as crianças deveria ser, e a infância não tinha um cuidado especial como na atualidade, elas viviam no abandono, pobreza, favor e caridade ficando para trás os verdadeiros cuidados que todas mereciam e o pouco de atendimento que tinham era precário.

Somente a partir dos séculos XIX e XX, começa-se a pensar na criança como alguém que necessita de lugar, tempo, espaço e cuidados diferenciados (ARIÉS, 1981). Portanto, aparecem as primeiras instituições designadas para atender as crianças desamparadas; em especial aquelas que eram órfãs, filhas da guerra ou do abandono social.

Segundo Ahmad (2009, p. XX):

No Brasil, a infância começa a ganhar importância em 1875, quando surgem no Rio de Janeiro e São Paulo os primeiros jardins de infância inspirados na proposta de Froebel, os quais foram introduzidos no sistema educacional de caráter privado visando atender às crianças filhas da emergente classe média industrial. Já em 1930, o atendimento pré-escolar passa a contar com a participação direta do setor público, fruto de reformas jurídicas educacionais. Seu conteúdo visava tanto atender à crescente pressão por direitos trabalhistas em decorrência das lutas sindicais da então nova classe trabalhista brasileira, quanto atender à nova ordem legal da educação: pública, gratuita e para todos.

Portanto o atendimento para as crianças menores de zero a seis anos tornou definitivamente verdadeiro e obrigatório pela constituição de 1988. Só então, a educação infantil em creches e pré-escolas passou a ser legalizada, sendo uma obrigação do estado e direito da criança. Nela, consta que “[...] o dever do Estado com a educação às crianças de zero a cinco anos será efetivado mediante garantia de atendimento em creche e pré-escola”. Em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 54, inciso IV, retificou que “[...] é dever do Estado assegurar atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade” (BRASIL, 1990).

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9394/96 (BRASIL, 1996):

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Assim, a partir daí, a Educação Infantil em creches e pré-escolas passou a ser legalmente reconhecida como etapa inicial da educação básica. Foi retirado das creches seu caráter assistencialista, passando as mesmas a assumirem caráter educacional, sendo transformadas em escolas infantis, ou seja, instituições de atendimento à criança de zero a seis anos; passando a ser oferecido em espaços educacionais com propostas de caráter pedagógico, cabendo à União a coordenação da Política Nacional de Educação e ao município o oferecimento da Educação Infantil em creches e pré-escolas. Ao município, compete buscar normas complementares às leis maiores, bem como autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos de seus sistemas de ensino e também os mantidos por particulares.

Conclui-se que as exigências da atualidade define que a principal tarefa da educação infantil é de cuidar e educar. Sendo que educar e cuidar é entendido como aspectos indissociáveis da educação das crianças de 0 a 6 anos. Portanto; Bujes (2002, p.42) diz que,

[...] a educação infantil, tal como a conhecemos hoje, é o efeito de uma aliança estratégica entre os aparelhos administrativos, médico, jurídico e educacional, incluídos aqui família e escola, assessorados por um saber científico. Ainda que tal aliança não exista a partir de uma intencionalidade pré, ela tem por finalidade o governo de infância, a fabricação do sujeito infantil.

Em 1998, foi organizado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), o documento Subsídios para o Credenciamento e Funcionamento das Instituições de Educação Infantil, O MEC, com base nos resultados de pesquisas que buscavam conhecer as propostas pedagógico-curriculares em todo o país, assim como os princípios que norteavam a prática cotidiana das instituições, elabora o documento Referencial curricular nacional para a educação infantil (RCNEI), objetivando oferecer uma base nacional comum para os currículos, apesar de não ser obrigatório (BRASIL1998).

O Conselho Nacional de Educação esclarece que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) é um documento que deve ser seguido compulsoriamente na construção das propostas pedagógicas e do seu crescimento. Em 1988, o RCNEI preconiza que educar e cuidar devem estar associados com a educação infantil apresentando uma proposta de integração entre educar e cuidar como função da educação infantil e apresenta também uma definição de educação no qual a aprendizagem e desenvolvimento são parâmetros interligados e dependentes.

De acordo com RCNEI (BRASIL, 1998. P. 23),

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens, orientados de forma integrada que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural.

Diante de todo o exposto, fica evidenciado que se deve considerar que as crianças são diferentes entre si, que cada uma possui um ritmo de aprendizagem. Por isso, o professor deve estar preparado para propiciar às crianças uma educação baseada na condição de aprendizagem de cada uma, considerando-as singulares e com características próprias. Sendo assim a educação infantil junto com seus colaboradores tem como principal desafio a compreensão o conhecimento e o reconhecimento que todos os envolvidos têm que ter, para com as crianças,

devendo assim respeitar as diversidades que cada uma trás do seu mundo onde vivem.

2.1 DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COGNITIVO DA CRIANÇA A PARTIR DO CONTEXTO FAMILIAR

É indiscutível o quão importante é o contexto familiar para o desenvolvimento social e cognitivo da criança (SZYMANSKI, 1999, p. 18), e a mesma ainda ilustra essa afirmativa dizendo que “[...] ao nascer, a criança já tem lugar numa rede de trocas intersubjetivas através das quais saberes, sentimentos, emoções e significados são veiculados, esse lugar é a família”. Ou seja, é na família que o indivíduo começa seu desenvolvimento como pessoa.

Szymanski (1999, p. 24) afirma que,

O ambiente familiar é propício para inúmeras atividades que envolvem a criança numa ação intencional, numa situação das trocas intersubjetivas que vão se tornando mais complexas ou envolvendo mais intencionalidades, numa perspectiva temporal. Famílias que oferecem às crianças e adolescentes mais atividades organizadas, gradualmente aumentando sua complexidade e nas quais possam se engajar por períodos de tempo, facilitamos processos de desenvolvimento. Essas atividades não só desenvolvem habilidades cognitivas e sociais na criança, mas vão consolidando sua posição na constelação familiar. As trocas intersubjetivas na família, numa situação de apego emocional sólido, oferecem 6 oportunidade de desenvolvimento para todos os envolvidos e não só para as crianças.

Constata-se que os primeiros conhecimentos que a criança possui são adquiridos no meio familiar. É Por meio desses conhecimentos que ela já possui que vão transformando seus comportamentos, tendo em vista que eles são de extrema relevância para a evolução dos seus conhecimentos escolares, o afeto que os pais nutrem por elas nos primeiros anos antes da escola. Sabendo-se que estudos clínicos revelam que a atmosfera familiar também está relacionada com o ajustamento emocional, se uma criança é criada num lar desajustado, a mesma tende a ser emocionalmente “desequilibrada”, refletindo em seu desenvolvimento social e cognitivo.

Em relação à aprendizagem por parte das crianças, Caledônio (1998) afirma que vários conflitos reunidos no meio das convivências das famílias sem dúvida irão surgir no ambiente escolar, sendo que este é o ambiente anterior mais extenso que segue às convivências familiares perante um problema de acomodação e aquisição do conhecimento na vivência escolar. Os êxitos na aprendizagem ficam comprometidos devido a uma grande quantidade de tensão emocional. A coordenação muscular torna-se enfraquecida devido a uma situação de fortes emoções. Fazendo então, que a eficiência da aprendizagem seja comprometida. A produtividade intelectual será reduzida a aprendizagem será menor, principalmente se depender da habilidade de manipulação.

Conseguindo então até psicologicamente usar, como uma verdade a frase: de que “eu estava tão nervoso que não podia pensar”. Quando comparado à produção de alguém no seu estado normal com a outra em estado de alteração de suas emoções, a produtividade dela é visivelmente reduzida. De fato, quando as Crianças apresentam-se atemorizadas ou vivem aborrecidas sem motivo aparente, mostrando-se deprimidas em longo prazo, conseqüentemente irão ter redução no processo de aprendizagem podendo ser até com menos do que elas realizaram (CELIDÔNIO, 1998).

Os pais que não oferecem aos filhos um ambiente saudável para que eles se desenvolvam sadiamente, ferem a Constituição Federal que preconiza, em seus artigos 17 e 18 que “[...] os pais têm a responsabilidade primária de formar e educar os próprios filhos para garantir-lhes o desenvolvimento integral e um nível de bem-estar social, espiritual, moral, físico e mental conveniente”.

De acordo com Bossa 1998, os maiores responsáveis pelo bem estar das crianças são os seus pais, pois os mesmos serão encarregados a proporcionar um aparelho psíquico saudável de seus filhos. Sabe-se que a criança nasce em total incompletude dependendo todo o tempo dos adultos que estão ao seu meio e sua maior referência são os pais ou alguém que faz este papel. Mesmo carregando uma bagagem genética que interfere em toda sua história. Apesar de que carregando uma hereditariedade genética que também possa intervir no seu futuro, o fator hereditário será menos influente, quanto mais influente for à educação.

Segundo (REGO,1994,P.121) apud.vigostk

[...] apesar de ter produzido sua obra nos anos 20 e 30 do século passado, tinha uma visão contemporânea sobre a unificação do afeto com o funcionamento psicológico, os dois não podem ser separados porque um completa o outro.

Ou seja, a família, sendo o primeiro grupo social com o qual a criança interage, tem papel fundamental na formação psicológica, emocional e social dela.

Portela e Almeida (2009. P. 148) compreendem que:

[...] a família e a escola desempenham um papel muito importante para o desenvolvimento integral da criança, sendo que nesse sistema de influências, sob o qual transcorre a formação da criança, a família ocupa, para Vygotsky, um lugar privilegiado, por transmitir ao indivíduo a herança cultural própria da família e da sociedade, bem como os elementos essenciais para sua formação.

Embora o perfil das famílias tenha mudado, ela nunca deixará de ser a célula-mater da sociedade. Se a criança nasce e cresce numa família bem estruturada, onde prevalece o respeito, o afeto em si, onde os pais ensinam seus filhos a respeitarem o próximo e a se comportarem no ambiente fora de casa, é grande a possibilidade de os pais não terem problemas futuros com eles. Todos esses ensinamentos irão refletir futuramente, fazendo dessas crianças, cidadãos de caráter; pessoas capazes de aprender e se ajustarem nos ambientes em que conviver (BOSSA, 1998).

2.2 IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA PARA O DESENVOLVIMENTO ESCOLAR DA CRIANÇA

No decorrer do processo educacional, a criança se depara com alguns aspectos que atrasam e dificultam sua vida escolar. Dentre esses aspectos, a influência da família no processo de ensino e aprendizagem se destaca. Haja vista que, com a mudança do perfil das famílias que passaram a delegar à escola também a tarefa de educar para a vida, conflitos são gerados, refletindo-se na vida escolar da criança.

Para que possa diminuir esses conflitos, é necessário estabelecer uma parceria entre família e escola, tendo em vista uma organização de igualdades e responsabilidades na educação da criança. A parceria entre a escola e a família de

fato poderá contribuir para que os responsáveis e a escola falem a mesma língua, além disso, irá situar a criança num mundo sistematizado que tenha uma estrutura que irá compor a sociedade na qual ela está inserida. Segundo Gokhale (1980) a família, além de servir de base para a futura sociedade, desempenha também papel fundamental na vida social do aluno, haja vista que é ela a responsável pela formação do caráter, da autoestima e da personalidade da criança. Sendo assim, para que a criança possa se desenvolver satisfatoriamente na escola, é preciso que haja uma parceria entre escola e família.

No entanto, o que acontece atualmente é que a família espera da escola uma educação exemplar, uma educação completa, esquecendo-se que sua função é transmitir valores e ensinamentos prévios sobre respeito e bom comportamento, cabendo à escola, a função de ensinar.

Entende-se que se cada um cumprir seu papel, um completa o outro, não serão necessárias tantas cobranças e não haverá uma sobrecarga, nem da família e nem da escola. Não apenas as duas entidades precisam definir-se, mas também é preciso deixar bem clara para a criança a função de cada um, para que ela possa buscar de forma correta a ajuda para seus conflitos.

Tiba (2002) compreende que quando há uma boa relação entre a família e a escola desde os primeiros anos iniciais da vida escolar da criança, todos irão ser beneficiados. O mesmo constata que, se a criança estiver bem, ela irá ampliar seus conhecimentos, e se necessitar de assistência para resolver seus problemas, receberá ajuda tanto da escola, quanto dos pais ambos estarão apostos para solucioná-los.

Corroborando com as concepções de Tiba (2002) e Parolin (2003), colocam família e escola como “instituições parceiras”. De acordo com a autora, essas duas instituições tem como principal função a socialização, sendo que, esta tarefa seria diferentemente coordenada em cada uma, e complementares diante da sociedade como um todo, sendo que é essencial a aliança da emoção, sentimentos construídos no “mundo subjetivo” que é adquirido no ambiente da família sendo assim, à razão, dos saberes e informação do mundo objetivo que a escola passa para construção de

novos conhecimentos. Para que essa parceria realmente ocorra, é necessário que os pais tenham diálogo com a escola. No entanto, isso só será possível, se eles se sentirem respeitados, valorizados e ouvidos.

Nesse contexto, a instituição de ensino deve usar todos os métodos de aproximação direta com a família, pois se pode dizer que será possível que se divida informações que tenha significados no que se diz respeito aos resultados que irão alcançar nas situações pedagógicas. Dessa maneira, os pais poderão participar de forma efetiva da melhoria da qualidade educacional, bem como do desenvolvimento de seu filho (PARO 1992).

Cabe aos pais, portanto, ir além de verificar notas e ir à escola somente quando houver convocação. Cabe a eles acompanhar as tarefas dos filhos, interessarem-se pelos eventos da escola, conhecer os professores de seus filhos, e estarem dispostos e participativos no processo educacional como um todo. Infelizmente, alguns pais acreditam que a escola deve se encarregar sozinha de efetuar o processo educacional da criança, esquecendo-se que a educação só acontece efetivamente se escola e família se unirem no mesmo objetivo: dar à criança o suporte necessário a sua adaptação e a sua aprendizagem.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família é essencial para o desenvolvimento do indivíduo, independente de sua formação. É no meio familiar que o indivíduo tem seus primeiros contatos com o mundo externo, esses contatos são de extrema importância na vida da criança fazendo assim com que ela se insira no meio escolar sem que apresente problemas em relacionamentos, disciplinas, entre colegas. É no meio familiar que as crianças realizam as mais importantes experiências de sua vida, desse modo quando a educação familiar torna ineficiente a criança será a maior prejudicada.

Sabe-se também que por trás de muitos distúrbios de aprendizagem ou de inaptidão da criança à escola, esconde-se algum tipo de tensão emocional cuja origem, muitas vezes, encontra-se no universo familiar; não sendo possível compreender a criança

separada do seu lar, de modo que ela obterá maturidade emocional quando os adultos, com os quais convive, são emocionalmente maduros.

Constata-se que se os pais estiverem cientes do poder e da força de seus contatos mais próximos de seus filhos e se forem orientados sobre a importância do estímulo precoce para os aprendizados escolares e sociais e das relações sadias no ambiente familiar vários agravantes que comprometem a aprendizagem serão consideravelmente minimizados.

Partindo deste pressuposto, a sociedade precisará de uma boa parceria entre a escola e a família só com essa parceria será possível alcançar uma educação de boa qualidade só assim será possível promover uma boa harmonia bem estar de todos. Isso exposto torna-se viável almejar uma sociedade coerente em que seus agentes conheçam e cumpram seus papéis em todos os processos, sobretudo, no processo educacional, sem deixar de lado o familiar e o social.

REFERÊNCIAS

RECANTO DAS LETRAS. **Infância e instituição de educação infantil-breve relato**. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br>

ARIÉS. P. **História social da criança e da família**. Tradução: Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.com.gov.br/ccivil>. Acesso em: 10 de dezembro 2018

_____. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei nº 8069/90, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.com.gov.br/ccivil>>. Acesso em: 12 de dezembro 2018

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Legislação Educacional. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 12 de março 2018.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Referencial curricular nacional da educação infantil – documento introdutório Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 12 de fevereiro 2018.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 12 de março 2018.

BOSSA, D. R. A. N. A. Do nascimento ao início da vida escolar: o que fazer para os filhos darem certo? Psicopedagogia. São Paulo: Salesianas, v. 17, 1998.

BUJES. M. I. E. **Infância e maquinaria**. Rio de Janeiro: DPCA. 2002.

CELIDÔNIO, R. F. **Trilogia inevitável**: família – aprendizagem – escola. Psicopedagogia. São Paulo: Salesianas, v. 17, 1998.

FRACETTO, C. P. S; MATUMOTO, E. P. M. Criança, família e escola: a importância da afetividade. Disponível em: FRACETTO, C. P. S; MATUMOTO, E. P. M. **Criança, família e escola**: a importância da afetividade. Disponível em:

[http://cneccapivan.br/ibdg/index.php?option=com_rubberdocview=docid283](http://cneccapivan.br/ibdg/index.php?option=com_rubberdocview&docid=283)
form.Acesso em:11de fevereiro

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LÓPEZ, J. P. S. **Educação na família e na escola**. São Paulo: Loyola, 2002.

PORTELA, C. P. J.; ALMEIDA, C. V. P. J. Família e escola: como essa parceria pode favorecer crianças com necessidades educativas especiais, 2006. Disponível em: <<http://books.seculo.org>>. Acesso em: 11 de fevereiro 2018

RUSSELL-WOOD, A. J. **Fidalgos e Filantropos**: a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755. Brasília. Ed. Universidade de Brasília, 1981.

SZYMANZKI, Heloisa. **A relação família/escola**: desafios e perspectivas. Brasília: Liber Livro, 2009.

TIBA, Içami. **Disciplina, limite na medida certa**. 38. ed., São Paulo: Ed. Gente, 2002.